

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
CAMPUS LITORAL NORTE
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA EAD**

JULIANE BALDISSERA

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
METODOLOGIAS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS**

Tramandaí - RS

2022

JULIANE BALDISSERA

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
METODOLOGIAS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Brabo

Tramandaí - RS

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Baldissera, Juliane
POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
METODOLOGIAS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS /
Juliane Baldissera. -- 2022.
35 f.
Orientadora: Gabriela Maria Barbosa Brabo.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus
Litoral Norte, Licenciatura em Pedagogia, Tramandaí,
BR-RS, 2022.

1. Aluno com deficiência. 2. Inclusão escolar. 3.
Educação Básica. 4. Políticas inclusivas. I. Brabo,
Gabriela Maria Barbosa, orient. II. Título.

JULIANE BALDISSERA

**POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO BÁSICA:
METODOLOGIAS E POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Comissão de Graduação do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus Litoral Norte, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Profa. Dra. Gabriela Brabo

Data de aprovação:

Banca examinadora

Profa. Dra. Gabriela Maria Barbosa Brabo (orientadora) - UFRGS

Profa. Dra. Mariângela Kraemer Ziede

Prof. Dr. Diego Carlos Pereira

Dedico este trabalho principalmente à minha família, aos meus companheiros de jornada, aos meus amigos que tanto me auxiliaram nesta caminhada, e a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, passaram pelo meu caminho, neste curso, e que deram sua parcela de contribuição para que eu assim conseguisse realizar as tarefas com sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus em todos os momentos, pois independentemente de crença, Ele sempre nos acompanha; e a Santa Rita de Cássia, a quem sempre pedi auxílio e ela me atendeu.

Agradeço a minha família.

Agradeço aos meus amigos que em muitos momentos em que pensei em desistir, me incentivaram a continuar, afirmando que eu iria conseguir.

Agradeço aos professores e tutores que me auxiliaram no curso.

E a todos que me ajudaram a concluir esta graduação.

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa bibliográfica para a conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia EaD, e que teve a seguinte pergunta de pesquisa: Quais as implicações das políticas públicas em educação inclusiva nas práticas pedagógicas docentes na Escola Básica brasileira? O objetivo geral deste trabalho foi investigar metodologias e possibilidades pedagógicas na Educação Básica, com base nas políticas de inclusão escolar. No que diz respeito aos objetivos específicos, consistiram em: investigar os processos de construção dos marcos políticos e legais de acesso à inclusão e seus impactos no cotidiano escolar; analisar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - 2015), especialmente no tocante ao direito à educação; analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) sob o ponto de vista das práticas pedagógicas; e contribuir para a pesquisa em políticas de educação inclusiva. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e quanto aos procedimentos, se configurou em uma pesquisa bibliográfica. Os instrumentos utilizados foram a revisão bibliográfica envolvendo marcos legais e políticos, dados estatísticos e pressupostos teóricos; a análise textual dos dados coletados; e as anotações em diário de campo. O contexto da pesquisa é a Educação Básica, constituída pelos níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os resultados foram no sentido de pensar uma escola inclusiva para alunos com deficiência, articulada com o atendimento especializado de caráter complementar/suplementar ao ensino. O grande problema detectado é a forma como os profissionais da educação enxergam as crianças com deficiência; o preconceito está na sociedade, não nas crianças. Dentre os autores, foram utilizados Tavares, Figueira, Mantoan. Referente às possibilidades levantadas na pesquisa, pensou-se em ampliar o conceito de educação inclusiva, trabalhar para e pela diversidade, reformular os princípios, metas e currículos das escolas dentro da ótica inclusiva, instrumentalizar todos os educandos, para inserção e atuação na sociedade, exercendo assim a cidadania. Este trabalho teve a perspectiva de inclusão do aluno com deficiência na Educação Básica

Palavras-chave: Aluno com deficiência. Educação Básica. Inclusão escolar. Políticas inclusivas.

ABSTRACT

This work is the result of a bibliographical research for the conclusion of the Degree in Pedagogy EaD, and which had the following research question: What are the implications of public policies in inclusive education in the pedagogical practices of teachers in the Brazilian Basic School? The general objective of this work was to investigate methodologies and pedagogical possibilities in Basic Education, based on school inclusion policies. With regard to the specific objectives, they consisted of: investigating the construction processes of political and legal frameworks for access to inclusion and its impacts on school life; analyze the Brazilian Inclusion Law (LBI - 2015), especially with regard to the right to education; analyze the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education (2008) from the point of view of pedagogical practices; and contribute to research on inclusive education policies. It was a research with a qualitative approach and regarding the procedures, it was configured in a bibliographical research. The instruments used were a bibliographic review involving legal and political frameworks, statistical data and theoretical assumptions; textual analysis of the collected data; and field diary notes. The context of the research is Basic Education, constituted by the teaching levels: Early Childhood Education, Elementary Education and High School. The results were in the sense of thinking about an inclusive school for students with disabilities, articulated with specialized assistance of a complementary/supplementary nature to teaching. The big problem detected is the way in which education professionals see children with disabilities; prejudice is in society, not in children. Among the authors, Tavares, Figueira, Mantoan were used. Regarding the possibilities raised in the research, it was thought to expand the concept of inclusive education, to work for and for diversity, to reformulate the principles, goals and curricula of schools within an inclusive perspective, to equip all students, for insertion and performance in society, thus exercising citizenship. This work had the perspective of inclusion of students with disabilities in Basic Education

Keywords: Disabled student. Basic education. School inclusion. Inclusive policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA	7
2.1 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	8
3 MARCOS POLÍTICOS E LEGAIS A RESPEITO DA INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	9
3.1. LINHA DO TEMPO: LEIS, DIRETRIZES E PROGRAMAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL	9
3.2 LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI) LEI Nº13.146, de 6 de julho de 2015	13
3.2.1 Política Nacional de Educação Especial	14
4 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	14
5 POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	20
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
REFERÊNCIAS	23

APRESENTAÇÃO

Analisando minha trajetória escolar, posso dizer que sempre fui uma aluna dedicada e que gostava muito de estudar. Principalmente, era uma amante da leitura, e permaneço assim até nos dias atuais.

Tudo andava muito bem, até o ano de 1996, aos 17 anos, em que frequentava o segundo ano do Ensino Médio, quando descobri ser portadora de glaucoma crônico em ambos os olhos. Foram momentos muito difíceis, porque naquele tempo, estudava em escola estadual e não havia nenhum apoio para alunos com deficiência. Sofri muita discriminação em sala de aula, pois pelo fato de usar óculos de lentes grossas e precisar sentar na primeira carteira da fila, ninguém queria fazer provas e trabalhos comigo. Mesmo tendo notas muito boas, passei a ser estigmatizada por meus colegas que me julgavam ser uma pessoa incapaz.

Precisei passar por duas cirurgias nos olhos. e, por conta disso, reprovei na escola. Após as cirurgias, meus médicos não sabiam se eu enxergaria novamente. Durante muitos dias, fiquei sem enxergar, mas em nenhum momento me desesperei. Era uma menina com toda a vida pela frente. O que me deixou triste, mesmo, foi ter reprovado, pois sempre fui muito estudiosa.

Quando consegui concluir o Ensino Médio, parti em busca do meu primeiro emprego. Consegui um trabalho temporário de cinco meses em uma indústria de cadernos. Quando meu contrato terminou e tive que procurar novo emprego, começaram a surgir as dificuldades para obter uma ocupação, em função de minha limitação visual, o que fazia com que eu reprovasse nos testes admissionais.

Em 2006, consegui trabalho como secretária no município de Guaporé. Infelizmente, tive uma piora no quadro da doença e perdi muito da acuidade visual em meu olho direito. Simultaneamente, tive que correr contra o tempo para salvar a visão do olho esquerdo. Enquanto via a mesma situação se repetir, agora mais madura e consciente da realidade, senti o desespero tomar conta de mim. Na ocasião, foram testados medicamentos para que pudessem equilibrar minha pressão intraocular e que têm sido a minha salvação. Finalmente, em 2010, fui aprovada em concurso público, vindo a ser uma servidora atuante até hoje.

Sempre quis cursar uma faculdade, mas por motivos financeiros e, mais ainda, por medo de sair à noite devido à minha limitação visual, fui adiando qualquer iniciativa

de ingresso no Ensino Superior, até que surgiu esta oportunidade de cursar a licenciatura em Pedagogia a distância, em minha cidade. Fiquei muito feliz quando soube de minha aprovação na primeira chamada, pois dediquei-me dia e noite para que isso acontecesse.

Ademais, espero que consiga atingir meus objetivos — além de me formar, quero desempenhar um trabalho de qualidade com alunos com deficiência em minha sala de aula, promovendo concretamente a inclusão escolar, e não uma inclusão de faz de conta. Para isso, pretendo me aperfeiçoar nas tecnologias que possam dar suporte a esses alunos, para que não passem por aquilo que eu passei. Só quem é discriminado sabe o quanto nos prejudica a sensação de ser diminuído e deixado de lado. Pretendo trabalhar a autoestima deles para que assim possam aprender melhor e realmente se sentirem incluídos na escola.

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar com educação formal e processos de ensino-aprendizagem envolve um contínuo movimento de reflexão, um reajuste cotidiano de nossos próprios processos, na incorporação de um bom planejamento. e adequando os processos educativos às necessidades específicas de cada aluno, conhecendo suas realidades e suas singularidades. Para que os professores possam ensinar seus alunos da forma mais eficaz, precisam rever seu próprio modo de aprender, o modo de construir as experiências de ensino e aprendizagem.

Refletir a respeito do que vivencia com os alunos pode ser uma excelente maneira para o professor não reproduzir com eles o mesmo processo que ele próprio vivenciou, em tempo passados em que a inclusão e o ensino de sensibilidade não pertenciam ao domínio da educação, em uma didática escolar aprisionadora. Assim, pode-se oferecer aos alunos oportunidades mais amplas, de acesso a uma educação inclusiva direcionada à construção de inteligências múltiplas, aliado ao domínio de habilidades adaptativas que permitam o desenvolvimento de competências para uma vida autonomia. É necessário, para tanto, o desenvolvimento de uma prática pedagógica que viabilize a inserção educacional dos alunos que requerem cuidados especiais como parte do projeto pedagógico da escola e da própria dinâmica escolar.

A inclusão, hoje, é uma realidade irreversível na qual precisamos ser atuantes tanto como professores quanto agentes disseminadores. Em todos os períodos letivos, recebemos em nossas escolas crianças com características, subjetividades e culturas diferentes. Algumas delas nos chegam com dificuldades específicas ou com problemas em sua aprendizagem. Precisamos encontrar elementos em comum e focos de interesse que permitam o desenvolvimento de todo o grupo em sala de aula, inclusive e principalmente aquele aluno público-alvo da Educação Especial, sem que para isso precisemos mantê-lo segregado de seus colegas e excluído da rotina de sala de aula.

Uma proposta eficaz para a formação múltipla e a inclusão em sala de aula, é a individualização do ensino e a diversificação dos processos e percursos de formação, de forma que o aluno seja o centro da ação pedagógica e possa desenvolver competências que eduquem para a cidadania. Trata-se de pensar em novas estratégias que favoreçam o desenvolvimento do aluno, em função de suas

singularidades, alinhadas à necessidade de construir sua autonomia, suas potencialidades, autocuidado/regulação, por meio de uma atitude interdependente, cooperativa, consciente e afetiva. Portanto, a aprendizagem é um desafio complexo, trata-se de desenvolver o potencial criativo que pode se manifestar em todos os aspectos da vida do aluno.

Sendo assim, definiu-se o problema de pesquisa: Quais as implicações das políticas públicas em educação inclusiva na Escola Básica brasileira? E como desdobramento do problema, temos a pergunta: Quais as metodologias e possibilidades pedagógicas que contribuem para que haja uma educação inclusiva na Educação Básica?

Quanto aos objetivos de pesquisa, temos como objetivo geral investigar metodologias e possibilidades pedagógicas na Educação Básica, com base nas políticas de inclusão escolar. No que diz respeito aos objetivos específicos, consistem em: investigar os processos de construção dos marcos políticos e legais de acesso à inclusão e seus impactos no cotidiano escolar; analisar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - 2015), especialmente no tocante ao direito à educação; analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) sob o ponto de vista das práticas pedagógicas; e contribuir para a pesquisa em políticas de educação inclusiva.

O trabalho se encontra organizado da seguinte forma:

No capítulo 2, descrevem-se os métodos e técnicas utilizados na pesquisa;

Já no capítulo seguinte, explano acerca dos marcos políticos e legais a respeito da Inclusão Escolar dos alunos com deficiência no que tange à evolução legislativa;

No capítulo 4, abordo a Inclusão de Alunos com Deficiência na Educação Básica, levantando conceitos e leis que sustentam a inclusão desses alunos neste nível de ensino;

No capítulo 5, tratei das Metodologias e Possibilidades Pedagógicas no tocante a possíveis estratégias a serem utilizadas para promover a inclusão dos alunos na Educação Básica;

E concluo o trabalho com as Considerações Finais.

2 METODOLOGIA

A pesquisa acadêmica compreende uma variada gama de possibilidades e metodologias para sua aplicação teórica, conceitual e prático-reflexiva a respeito dos fenômenos estudados. A presente pesquisa propôs-se responder à seguinte questão: Quais as implicações das políticas públicas em educação inclusiva na Escola Básica brasileira? E como desdobramento do problema, temos a pergunta: Quais as metodologias e possibilidades pedagógicas que contribuem para que haja uma educação inclusiva na Educação Básica?

No que refere-se aos objetivos de pesquisa, temos o seguinte:

— Objetivo Geral : Investigar metodologias e possibilidades pedagógicas na Educação Básica, com base nas políticas de inclusão escolar.

— Objetivos Específicos:

- Investigar os processos de construção dos marcos políticos e legais de acesso à inclusão e seus impactos no cotidiano escolar;
- Analisar a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - 2015), especialmente no tocante ao direito à educação;
- Analisar a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) sob o ponto de vista das práticas pedagógicas; e
- Contribuir para a pesquisa em políticas de educação inclusiva.

Toda e qualquer pesquisa científica necessita usar métodos e técnicas de pesquisa para descobrir, conhecer, orientar, comprovar, desmentir e clarear informações que servirão como ferramentas para se chegar aos objetivos pretendidos. Por isso, a pesquisa aqui realizada teve uma abordagem qualitativa que estuda aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano. Tal abordagem se baseia no recolhimento de dados de pesquisa, tendo como pressuposto a análise textual das fontes de pesquisa, seja documental, pesquisa de campo, entrevistas, análise do discurso ou bibliográfica, na análise teórica do estado da arte da temática/ problema de pesquisa (POUPART, 2014).

No caso específico deste estudo, em que se buscou levantar dados sobre a legislação, diretrizes e políticas de Educação Inclusiva, verificando sua aplicabilidade na Educação Básica, o procedimento condiz com uma pesquisa bibliográfica cuja

característica é a busca por informações referentes ao assunto de interesse em qualquer meio que tenha sido publicado, desde livros e jornais a vídeos e gravações (LAKATOS; MARCONI, 2010). A pesquisa bibliográfica propicia meios de se encontrar informações sobre um mesmo assunto por diferentes perspectivas, levando ao pesquisador uma gama de informações para que ele próprio faça a construção de um novo conhecimento.

Os instrumentos utilizados foram a revisão bibliográfica envolvendo marcos legais e políticos, dados estatísticos e pressupostos teóricos; a análise textual dos dados coletados; e as anotações em diário de campo. O contexto da pesquisa é a Educação Básica, constituída pelos níveis de ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Na sequência, foi feita a discussão/reflexão envolvendo os dados que foram coletados, articulados com a experiência da pesquisadora e, por fim, o levantamento de possibilidades para a implementação da inclusão na Educação Básica.

3 MARCOS POLÍTICOS E LEGAIS A RESPEITO DA INCLUSÃO ESCOLAR DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Neste capítulo, serão abordados os marcos políticos e legais que envolvem o processo de implantação da inclusão escolar no sistema de ensino brasileiro. Para este momento, tomou-se por base texto da autoria de Gil (2017) e outras leis e políticas brasileiras relativas à educação de alunos com deficiência.

3.1 LINHA DO TEMPO: LEIS, DIRETRIZES E PROGRAMAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL¹

A Constituição Federal promulgada em 1988, contempla que todos são iguais perante a lei, segundo disposto no art.5º, caput da Carta Magna ideia de igualdade contemplada na carta é trazida em todos os contextos. Dessa forma, dispõe que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Com o intuito de ampliar a ideia de igualdade, em 1994, no governo de Itamar Franco, foi aprovada pelo MEC (Ministério da Educação) a Portaria nº 1.793/1, que recomenda a inclusão de conteúdos relativos à Integração da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais.

A Declaração de Jomtien (Tailândia), em 1990, é um documento que foi elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que fornece definições e novas abordagens sobre as necessidades básicas do aprendizado. No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação Para Todos no período de 1993 a 2003, tomando por base o referido documento. De acordo com essa Declaração:

Cada pessoa – criança, jovem ou adulto – deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades

¹ Baseado no artigo *Linha do tempo: leis, diretrizes e programas sobre Educação Especial* (2017), de Marta Gil. Disponível em: <<https://www.inclusive.org.br/arquivos/30480>>.

compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo (UNICEF, 1990, n.p)..

Na Declaração de Salamanca (Espanha), em 1994, foi reafirmado o compromisso de ofertar, através do Programa Educação para Todos — reconhecendo a necessidade e urgência de oferecer a crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais² —, uma educação de qualidade dentro do sistema regular de ensino através do Programa Educação para Todos.

Em 1996, com a Lei nº 9.394, a LDB (Lei de Diretrizes e Base) define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis na educação básica e assegura o atendimento aos alunos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em Educação Especial.

Já em 1999, através da Convenção da Guatemala, foi instituída a garantia dos direitos iguais de participação, de aprendizagem, de trabalho, entre outros, para as pessoas com deficiência, sendo ofertados recursos para assegurar a igualdade de oportunidades, que são instituídas nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Os sistemas de ensino obrigatoriamente devem matricular os alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade, incluindo-os com os alunos que já fazem parte do sistema regular de ensino. A Educação Básica deve ser inclusiva para atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino.

Segundo o parecer do CNE/CEB nº 17 de 2001, das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas.

² À época da Declaração de Salamanca, a terminologia utilizada para nomear pessoas que têm alguma com deficiência era pessoa com necessidades educacionais especiais (PNEE). No entanto, entendeu-se que é um termo que não contempla essas pessoas. A partir da década de 1990, passou-se a chamá-las de pessoas com deficiência (PCD), até os dias atuais.

No ano de 2001, por meio da Resolução MEC CNE/CEB nº 2, foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica revendo concepções e paradigmas, e desenvolvendo o potencial das pessoas com deficiência, marco importante na Educação Brasileira. Em 2002, foi aprovada a grafia braille para a língua portuguesa, estabelecendo diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do *Sistema Braille* em todas as modalidades de ensino. Nesse mesmo ano, é regulamentada a Lei nº 436, de 24 de abril de 2002, que inclui a Libras como disciplina curricular para a formação acadêmica de professores, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) recomenda que haja a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais, a formação docente para o atendimento educacional especializado, sendo implementado o Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação”, destacando a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, para fortalecer a inclusão escolar nas escolas públicas.

No ano de 2008, foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, sendo um documento de grande importância, que fundamenta a política nacional e enfatiza o caráter de “processo”, desde o título indicando o ponto de partida que é a Educação Especial, e assinala o ponto de chegada da Educação Inclusiva.

No ano de 2009, é assegurado o direito ao Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, serviço de apoio da Educação Especial e que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização em escola regular. Houve uma tentativa do atual governo federal de substituição desta política, o que seria um retrocesso, dando margem à possibilidade de negar matrículas para as crianças com deficiência na escola regular de ensino, sendo obrigadas a serem atendidas somente em instituições de atendimento especializado.

Em 2010, saiu a versão atualizada do Plano Nacional de Educação (PNE), tendo a participação histórica de pessoas com deficiências e seus representantes, fato inédito na história das políticas públicas educacionais do Brasil. Logo após, em 2011, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Viver sem Limite estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo, baseado na Convenção sobre os

Direitos das Pessoas com Deficiência, que garante a igualdade de oportunidades. O Plano Viver Sem Limite tem 4 eixos: Educação, Inclusão Social, Acessibilidade e Atenção à Saúde, sendo que no que se refere ao campo da educação, institui-se a implantação das Salas de Recursos Multifuncionais que são espaços nos quais é realizado o Atendimento Educacional Especializado, dirigido a alunos com deficiência que apresentem necessidade de um atendimento diferenciado.

Na mesma senda, foi criado o Programa Escola Acessível, com o intuito de promover uma educação inclusiva e igualitária. Dispôs recursos financeiros para promover a acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva

Ademais, outros programas foram implantados, como: o Programa Caminho da Escola, em que é oferecido transporte escolar acessível para alunos com deficiência física, adaptado para alunos com deficiência motora, com elevador para cadeirantes e monitores de transporte escolar para auxiliar esses alunos; PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), com o objetivo principal de expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país; Programa de Acessibilidade na Educação Superior; Educação Bilíngue - Formação de professores e tradutores/intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Em 2015, foi estabelecida a Lei nº 13.146, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que no art. 28, cap. IV, versa:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2015).

Assim, a LBI entrou em vigor desde janeiro de 2016, trazendo o direito à educação com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que deve ser inclusiva e de qualidade em todos os níveis de ensino, e que deve garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e recursos de acessibilidade que eliminem barreiras.

As pessoas com deficiências serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior, que já contempla estudantes vindos de escolas públicas, de baixa renda, negros, pardos e indígenas. O cálculo da cota será

baseado na proporcionalidade em relação à população, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a LBI (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Para fins desta lei, considera-se acessibilidade a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado.

3.2 POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA (PNEEPEI)

Essa política é resultado de reuniões periódicas de vários especialistas, educadores, pesquisadores, expertises em Educação Especial, representantes de associações de pessoas com deficiência etc. que, juntos, procuraram desenvolver novas formas de pensar, conceber, praticar a Educação Especial, adequando suas metodologias de atendimento à perspectiva inclusiva, de modo a apoiar os alunos em sua trajetória escolar.

A PNEEPEI tem por objetivo promover o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, nas escolas regulares, dentro de um modelo social de deficiência. Ela propõe que com a promoção desses aspectos, a Educação Especial possa apoiar esses alunos no desenvolvimento de suas potencialidades e na superação de suas necessidades de aprendizagem, dando-lhes a garantia de atendimento de forma transversal, ou seja, desde o Ensino Fundamental até o Ensino Superior, por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), envolvendo a participação da família e da comunidade. Nesse sentido, a Política procura garantir::

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, n.p)..

O documento da Política traz os princípios inclusivos que sustentam a ação da Educação Especial; resgata a história dessa modalidade de educação no Brasil; demonstra a evolução na matrícula de alunos com deficiência em classes comuns das escolas regulares; identifica quem são os alunos atendidos no AEE; qual o tipo de atendimento é feito em cada nível de ensino e modalidade de educação; por fim, esclarece qual a formação do professor especializado, bem como quais as atribuições ele precisa desempenhar para a garantia de inclusão do aluno com deficiência.

3.3 LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO (LBI) LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015

Como já foi mencionado anteriormente, o texto da LBI teve como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), da qual o Brasil se tornou signatário em 2009.

Em seu capítulo I, a referida lei dispõe que é através do entendimento do que sejam os direitos humanos que se consideram a igualdade e a diferenças como elementos fundamentais para a formação do ser humano. Por sua vez, a educação inclusiva dá abrangência a esses dois elementos, procurando erradicar com as desigualdades dentro e fora do âmbito escolar. É por isso que a educação inclusiva é a forma mais eficaz de combate à violação de direitos e, conseqüentemente, procura combater a discriminação direcionada aos alunos com algum tipo de limitação ou deficiência.

A referida lei também visa assegurar a acessibilidade urbana, arquitetônica, nos equipamentos, bem como nos meios de transportes na comunicação e informação, como da implantação de políticas públicas que vão ao encontro da melhoria na qualidade de vida destas pessoas e promovendo a sua inclusão, e conseqüentemente contribuindo para a independência desses indivíduos, gerando a autoconfiança permitindo a ruptura das barreiras do preconceito e discriminação, que em nossos dias ainda se fazem presentes em nosso cotidiano.

No capítulo IV, Do Direito à Educação, a lei procurou esclarecer qual a sua concepção de educação,

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

4 A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Um aluno com deficiência, seja ele com ou sem diagnóstico, desperta na escola e nos profissionais que compõem o ambiente educacional uma grande dúvida. É uma busca pelo conhecimento das respostas médicas e psicopedagógicas a respeito desses alunos, considerados público-alvo da Educação Especial.

A princípio, considero importante enfatizar que o não-conhecimento do diagnóstico não inviabiliza a inclusão de nenhuma criança ou adolescente, qualquer que seja sua condição e suas características ou peculiaridades. Para incluir, é necessário que seja feito o planejamento de estratégias pedagógicas que levem em consideração as potencialidades e dificuldades do aluno e, principalmente, do que ele necessita para desenvolver todas as suas capacidades.

Em relação à Educação Especial, o artigo 3º da Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001 especifica que:

Por Educação Especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 1).

A política de inclusão de alunos que apresentam deficiência na rede regular de ensino refere que incluir não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

A diversidade deve ser respeitada e valorizada entre os alunos. Assim, demonstra-se a importância do papel da escola em definir atividades e procedimentos de relações, que envolvam alunos, funcionários, corpo docente e gestores, para que possibilite espaços inclusivos, de acessibilidade, para que todos possam fazer parte de um todo, isto é, que as atividades extraclasse nunca deixam de atender os alunos com necessidades especiais.

A inclusão escolar significa conceber que a educação “[...] é, afinal, sempre uma intervenção na vida de alguém; uma intervenção motivada pela ideia de que tornará essa vida, de certo modo, melhor: mais completa [...] e talvez mais humana” (BIESTA, 2013, p. 16). Assim, a escola inclusiva é uma escola que se abre para todos, indicando o direito que todos os alunos, com ou sem deficiências, têm de conviver e aprender juntos, numa educação que reconheça a humanidade do outro, sem definições preestabelecidas para o que seja ser humano e ser aluno.

Cabe à comunidade escolar como um todo: família, monitores, estagiários, voluntários, direção, colegas, professores, em conjunto, trabalhar pela inclusão total de todos os alunos — entre eles, os alunos público-alvo da Educação Especial —, indo além da sala de aula e das atividades pedagógicas, mas sim, democratizando o acesso à vida escolar e comunitária, inserindo os alunos com deficiência na sociabilização e incluindo sua participação em todas as esferas da escolarização.

Portanto, a educação inclusiva deve ser implementada, a fim de criar uma cultura da diversidade. Para tanto, ela:

[...] deve se pautar no respeito e no convívio com as diferenças, preparando os educandos para uma sociedade mais justa e solidária, contrária a todos os tipos de discriminação [...]. Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças (ZOÍÁ, 2006, p. 23 apud MARTINS, 2012, p. 27).

O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer e responder às diversas necessidades de seus alunos, acomodando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) preconiza a garantia de direitos dos educandos que possuem deficiências, por meio da melhoria da estrutura arquitetônica da escola, de modo a tornar o espaço mais acessível, e do investimento na formação inicial e continuada dos professores (BRASIL, 1996). Além disso, consta no texto íntegro da LDB, especificamente nos incisos I e III e no artigo 56:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades; III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996, p. 21-22).

Apesar da existência de leis e práticas adotadas para que o ambiente educacional possa se tornar mais inclusivo, Galetto et al. (2016) observa que há uma série de barreiras no processo de inclusão. Uma delas está na profissionalização para atender os alunos com deficiência auditiva, principalmente na falta de formação na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), assim como a necessidade de adaptação curricular dos profissionais. É preciso reconhecer o sujeito com deficiência auditiva como alguém dotado de língua e cultura para que, a partir daí, os profissionais que trabalham na perspectiva de inclusão possam compreender as especificidades da aprendizagem de cada um.

Outro exemplo é um aluno com Transtorno do Espectro Autista que tem direito a receber o atendimento educacional especializado (AEE), se assim necessitar, sem ter a obrigação de apresentar um diagnóstico. O encaminhamento para esse apoio da Educação Especial pode ser solicitado pelo professor de turma, através de parecer descritivo, que disparará um processo de avaliação inicial para verificar se se trata de um aluno elegível ao atendimento especializado, bem como identificar quais suas necessidades de apoio. Tal encaminhamento é respaldado por outros profissionais envolvidos — por exemplo, o coordenador pedagógico, o psicólogo escolar, o professor especializado da Sala de Recursos etc. —, contando ainda com a participação da família e do próprio aluno.

A educação inclusiva deve ser uma prática em aberto que trabalhe com todos os alunos em suas especificidades, reconhecendo, com a sensibilidade necessária, as adequações para cada situação do cotidiano escolar, buscando não cometer injustiças e exclusões do processo de ensino-aprendizagem.

Flexibilidade curricular é fundamental para oferecer os meios adequados que possam igualar os direitos entre os alunos, principalmente aqueles público-alvo da Educação Especial. O professor tem o papel de mediar o conhecimento e a prática/experiência pedagógica dos alunos, favorecendo o processo de construção do conhecimento.

Para um planejamento flexível, é importante organizar as categorias que orientam o trabalho do professor. Uma dessas categorias diz respeito a dar importância ao papel coletivo do conhecimento em sala de aula, mas diferenciando a individualidade e direcionando o fazer pedagógico para diferentes formas de apoio, mediação individual, tarefas diversificadas etc. Outra situação importante consiste em respeitar o tempo de construção do conhecimento de cada experiência individual. É preciso romper com direcionamentos limitadores da criatividade intelectual dos alunos e apostar nas atividades colaborativas em verdadeiras comunidades de aprendizagem, buscando resolver desafios e construir novos conhecimentos, em coletividade.

No que tange ao processo de avaliação, é preciso dar novo sentido ao currículo e ao planejamento fazendo autoavaliação constante dos processos de ensino aprendizagem para a diversidade do grupo e para as necessidades específicas de determinados alunos são fundamentais para a transformação da realidade coletiva, participativa e inclusiva da escola (TAVARES; SANTOS; FREITAS, 2016).

A prática pedagógica, a organização e a gestão da instituição de ensino são importantes fatores na aplicação efetiva da educação inclusiva. Com base na obra “Introdução Geral à Educação Inclusiva”, do psicólogo Emílio Figueira, citam-se algumas ações voltadas para a organização do sistema de ensino para o atendimento dos alunos com deficiência, conforme destacou o professor Samule J. Messias³:

Adaptação curricular: adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, bem como a diversificação e flexibilização do processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos.

Professores especializados: formação e preparação de professores especializados e capacitados para atender às necessidades do ensino inclusivo, conseguindo estabelecer plena comunicação com os alunos por meio de sistemas alternativos, como língua de sinais, sistema braile, sistema bliss ou similares.

Adaptação da instituição de ensino e da sala de aula: a organização estrutural e funcional do ambiente escolar deve se dar de forma a eliminar barreiras que impedem o aprendizado, possuindo recursos físicos, materiais, ambientais, técnicos e tecnológicos que atendam às necessidades de todos.

Sistemas de apoio: é importante o estabelecimento de redes de apoio que envolvam atores do ambiente de ensino, como os gestores escolares e docentes, e atores externos, como familiares, amigos, profissionais especializados (médicos, fisioterapeutas, psicopedagogos etc.)

³ Disponível no site: <<https://diverge.com.br/coluna/educasim/educacao-inclusiva/>>.

que busquem favorecer a autonomia, produtividade e integração dos estudantes com deficiência.

Adaptações metodológicas e didáticas: adoção de conteúdos, procedimentos de avaliação, atividades e metodologias que atendam às diferenças individuais dos alunos, como dinâmicas individuais ou em grupo e técnicas de ensino-aprendizagem específicas que beneficiem os estudantes e não restrinjam a sua ativa participação.

O trabalho comunitário é outro grande desafio. Quando todos os profissionais de uma escola direcionam suas atenções a todos os alunos, identificando-os como pertencentes a essa escola — tenham eles deficiência ou não —, a transformação pode ser sentida, rapidamente.

Em se tratando especificamente dos alunos público-alvo da Educação Especial, a atuação docente colaborativa entre os professores de turma e os professores do Atendimento Educacional Especializado é determinante para o processo de aprendizagem desses alunos. A ação conjunta desses dois agentes, direcionada para a inclusão em sala de aula, acaba sendo totalmente transformadora da realidade dos referidos alunos.

Nesse sentido, Mascaro (2017, p. 31) destaca que os professores responsáveis pelo atendimento direto aos alunos nas Salas de Recursos deveriam ser especializados em tudo. No entanto, é muito complexa uma formação que possa abranger o conhecimento de todos os tipos de necessidades específicas que os alunos podem apresentar devido a uma deficiência ou outra condição específica de desenvolvimento. Até porque, a cada dia chega um aluno novo na escola, com uma nova singularidade.

Mantoan (2003, p. 67), acreditando no desenvolvimento dos alunos com deficiência, aponta algumas estratégias que ajudam no trabalho do corpo docente na aprendizagem dos alunos.

Colocando como eixo das escolas que toda criança é capaz de aprender;

Garantindo tempo e condições para que todos possam aprender de acordo com as possibilidades de cada um;

Abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por alunos, professores, gestores e funcionários da escola;

Estimulando, formando continuamente e valorizando o professor, que é o responsável pela aprendizagem dos alunos;

Substituindo o caráter classificatório de avaliação escolar, através de notas e provas, por um processo que deverá ser contínuo e formativo de todo o processo de ensino e aprendizagem.

A inclusão, portanto, implica em práticas pedagógicas inovadoras visando o sucesso de aprendizagem de todos os alunos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional prevê, nos artigos 58, 59 e 60, as condições de atendimento educacional especializado. Todavia, deve-se ter claro que tal atendimento não substitui o direito à educação oferecida em turmas comuns da rede regular de ensino, nem devem ser oferecidos em ambiente escolar à parte. Vale ressaltar, ainda, que a formação e a qualificação dos professores não têm caminhado no mesmo patamar que o movimento da inclusão dos alunos.

Mantoan (2003) enfatiza que reconstruir os fundamentos de escola de qualidade para todos remete a questões específicas relacionadas ao conhecimento e à aprendizagem, ou seja, considera-se que o ato de educar supõe intenções, representações que temos do papel da escola, do professor, do aluno, conforme os paradigmas que os sustentam. A autora ainda relata que a escola inclusiva exige mudanças de paradigmas — que podem ser definidos como modelos, exemplos abstratos que se materializam de modo imperfeito no mundo concreto⁴. E que possa também ser entendido,

A escola atual valoriza alguns conhecimentos em detrimento de outros, e numa visão positivista e tradicional, ela atua para que todos os alunos deem conta dos diversos conteúdos e das inúmeras disciplinas de forma universalista e homogeneizante. Ora, cada um de nós tem interesses particulares, e a escola precisa unir os domínios do conhecimento e dos mais diversos saberes individuais e interconectá-los disciplinarmente, incluindo todos os alunos de forma possível e igualitária, valorizando as potencialidades e competências individuais a favor do grupo escolar.

Nesse cenário, é preciso ressaltar a relevância da criatividade artística enquanto potencializadora dos desenvolvimentos da educação inclusiva, igualmente com a literatura e a ludicidade. Assim, é fundamental que superemos as concepções generalizadoras de alunos, que os inserem em uma mesma categoria de aprendizagem, e que passemos a identificar não só suas dificuldades, mas também suas potencialidades para aprender.

⁴ Segundo uma concepção moderna, paradigma pode ser entendido como um conjunto de regras, normas, crenças, valores, princípios que são partilhados em um grupo em um dado momento histórico e que norteiam o nosso comportamento.

Falar no desenvolvimento de competências e habilidades a partir de eixos de interesses nos alunos implica dialogar sobre as competências do próprio educador. Para que o professor desperte eixos de interesse nos alunos a partir das aulas em suas respectivas disciplinas e saiba conduzi-los, é necessário que esse educador saiba compreender e redescobrir suas competências e paixões pelos conteúdos, estimulando vivamente os alunos.

Para se tornar um professor inclusivo, é necessário desenvolver a possibilidade de enxergar o outro, sentir suas emoções e vivências, para poder avaliá-lo e observar quais são seus interesses pessoais. Assim, nesse processo, ele poderá promover uma ação pedagógica que favoreça o crescimento do aluno, promovendo sua aprendizagem e sua inclusão escolar.

5 POSSIBILIDADES METODOLÓGICAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

O direito do aluno com deficiência e de todos os cidadãos à educação é um direito constitucional. A garantia de uma educação de qualidade para todos implica, dentre outros fatores, um redimensionamento da escola no que consiste não somente na aceitação, mas também na valorização das diferenças. Esta valorização se efetua pelo resgate dos valores culturais, os que fortalecem a identidade individual e coletiva, bem como pelo respeito ao ato de aprender e de construir.

Considerando que cada aluno numa sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem, o desafio e as expectativas da escola, hoje, consistem em trabalhar com essas diversidades, na tentativa de construir um novo conceito do processo ensino-aprendizagem, eliminando definitivamente o seu caráter excludente, de modo que esses indivíduos sejam incluídos neste processo por direito.

Este novo olhar da escola implica na busca de alternativas que garantam o acesso e a permanência de todas as crianças/adolescentes no seu interior. Assim, o que se deseja é a construção de uma sociedade inclusiva, compromissada com as minorias, cujo grupo inclui as pessoas com deficiência. O espaço escolar, hoje, tem de ser visto como espaço de todos e para todos.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a Educação Especial não deve estar limitada a um sistema paralelo de educação, e sim, fazer parte da educação como um todo. Inclusão não significa que a pessoa com deficiência deve integrar-se à sociedade, mas sim, que a sociedade deve contemplar as necessidades de todos os seus integrantes, inclusive as pessoas com deficiência.

A educação é fundamental para a formação de qualquer indivíduo, portanto os fins da Educação Especial devem ser os mesmos da educação geral: a autorrealização, a qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania (BRASIL, 2010). Sendo assim, é preciso que as instituições se preparem para receber qualquer aluno, dando-lhe o atendimento educacional adequado.

Algumas estratégias pedagógicas que podem ser usadas para promover a inclusão de alunos na educação básica (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014):

Designar um professor articulador do projeto de inclusão na unidade escolar;

Criar um grupo de trabalho para discutir e implantar o projeto de inclusão, que pode ser coordenado pelo professor articulador ou pela gestão escolar, e que conte com a participação de todos os segmentos da escola, principalmente dos pais e mães dos estudantes;

Priorizar a compra de material pedagógico voltado para a Educação Inclusiva;

Promover atividades pedagógicas e lúdicas que possibilitem a participação das crianças com deficiências; pois, durante as brincadeiras lúdicas as crianças são favorecidas nas funções cerebrais mais importantes e assim contribuem com a assimilação de conteúdos e com o pensamento crítico. Além disso, essas atividades que reúnem ensino e diversão prendem a atenção dos pequenos, ajudando a manter o foco durante o aprendizado, aprimora a criatividade, aumenta a sociabilidade, ajuda na memorização e na atenção.

Trabalhar as potencialidades dos estudantes, sensibilizar para a diferença e proporcionar a resolução de conflitos (PRIETO; PAGNEZ; GONZALEZ, 2014, p. 725-743).

O crescimento da inclusão escolar é um fator muito importante para a sociedade brasileira. Os alunos aprendem a conviver com as diferenças e se tornam cidadãos mais solidários; mas com esse crescimento significativo da inclusão, junto cresce outro fator determinante: o desafio de garantir uma educação de qualidade para todos.

Um dos maiores problemas diante da inclusão de alunos com deficiências em classes comuns é como os profissionais da educação os enxergam, pois se ainda houver o pensamento arcaico de que não adianta incluir, de fato não haverá o desenvolvimento esperado. Trata-se de um procedimento moroso, que exige muita paciência, dedicação e carinho, pois não se trata de uma tarefa simples e exige estratégias diferenciadas por parte do professor.

O professor que se predisponha a conhecer seu aluno terá maiores possibilidades de identificar o que esse aluno é capaz ou não de fazer. Então, o melhor caminho para se trabalhar com os alunos com deficiência em sala de aula comum, sem isolá-los, isto é, sem colocá-los à parte do cotidiano da sala de aula e da convivência com seus pares, é procurar identificar as competências e habilidades que esse alunos apresentam, e propor atividades que todas as crianças possam realizá-las juntas, trocando saberes e incentivando o trabalho coletivo.

Redimensionar o conteúdo com relação às formas de exposição, multiplicar os recursos e materiais (vídeos, ppt, histórias, jogos, música, pintura, desenho, pesquisa

coletiva, saída de campo etc,) para explicar esse conteúdo, flexibilizar o tempo para a realização das atividades e usar estratégias diversificadas, como a ajuda dos colegas de sala – o que também contribui para a integração e para a socialização do aluno.

Em sala, também é importante a mediação do adulto no que diz respeito à organização da rotina. Falar para o aluno com deficiência, previamente, o que será necessário para realizar determinada tarefa e quais etapas devem ser seguidas é fundamental. Essas são possibilidades metodológicas coletadas a partir das pesquisas bibliográficas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretendeu contribuir para as possibilidades pedagógicas da Educação Básica na perspectiva da Educação Inclusiva, com foco em estratégias pedagógicas, através de revisão bibliográfica e pesquisa documental na área da Educação Básica, da Educação Inclusiva e da Educação Especial articuladas, visto que o tema se faz pertinente para o aperfeiçoamento da Educação como um todo.

O formato atual da educação exige que sejam realizadas grandes mudanças para que se efetive a inclusão de alunos com deficiência. Há muito que avançar especificamente nesse campo, vendo que a educação pública é uma questão problemática em todo o país, para todas as classes.

Atualmente, existe uma grande dificuldade de promover a inclusão, pois ainda é evidente o desconhecimento (e diria até desinteresse em conhecer) dos marcos políticos e legais que asseguram essa inclusão, sem contar a dificuldade em reconhecer a pessoa com deficiência como cidadã de direitos.

É inegável que existe um crescimento na formação de profissionais, mas a qualidade do ensino não acompanha. Se pensarmos, por exemplo, que na maior universidade pública de nosso estado só existe uma única disciplina de formação para a inclusão de pessoas com deficiência, de carga horária mínima e obrigatória somente para os cursos de licenciatura, a situação é mais alarmante.

É bem verdade que a inclusão dos alunos com deficiência nas escolas regulares está consagrada nos textos legais. Entretanto, a educação inclusiva não se esgota na observância da lei que a reconhece e garante, mas requer uma mudança de postura, percepção e de concepção dos sistemas educacionais. Isso implica ampliar o conceito de educação especial e trabalhar para e pela diversidade, reformular os princípios, metas e currículos das escolas dentro da ótica inclusiva, instrumentalizar todos os educandos, sejam eles considerados “normais” ou “deficientes”, para inserção e atuação na sociedade, exercendo assim a cidadania.

O ensino ideal destinado a todos é aquele que tem a ideia de unidade da diversidade. Uma instituição social que tem por obrigação atender a todas as crianças, sem exceção, precisa ser aberta, democrática e de qualidade, buscando um amanhã com uma sociedade, com uma vida mais justa, mais saudável e mais igual, através da solidariedade entre todas as pessoas.

Enfim, a escola para pessoas com deficiência deve prever uma forma de educação complementar/suplementar no ensino, com redes de apoio sintonizadas entre si. O grande problema é a forma como os profissionais da educação enxergam as crianças com deficiência. O preconceito está na sociedade, não nas crianças. Todavia, podemos ficar esperançosos, pois a inclusão em todas as áreas, principalmente nas escolas, trata-se de questão bem vista aos olhos de vários segmentos sociais que lutam por uma sociedade mais justa e solidária.

E que no futuro, a inclusão cresça a cada dia mais nas escolas, e os alunos tenham uma educação que atenda às suas necessidades de melhoria na qualidade de vida e nas suas expectativas para o crescimento social. Posso dizer que como aluna com deficiência visual, este trabalho foi uma vitória e, ao mesmo tempo, motivo de muitas indagações. Embora a legislação tenha avançado, ainda é possível presenciar situações que mais excluem do que incluem. Portanto, pode-se dizer que a inclusão no Brasil avançou muito, mas ainda tem muito a ser feito para que, desde a Educação Infantil até a Universidade, ela se torne concreta e real.

REFERÊNCIAS

BIESTA, G. **Para além da aprendizagem**: educação democrática para um futuro humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

_____. **Declaração de Salamanca**: sobre princípios, política e prática em educação especial, de 10 de junho de 1994c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>.

_____. **Lei nº 9.394/96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Decreto nº 3.956**, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>>.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2**, de 1 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>.

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Unesp, 1999.

FIGUEIRA; Emílio. **Introdução Geral à Educação Inclusiva**. São Paulo, 2019.

FRANÇA, S. D. **Inclusão de alunos com NEE no ensino superior**: um estudo de caso na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). 2014. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) – Programa de Doutorado em Ciências da Educação, Universidade Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GALETTO, Anielly Aparecida Kops; PRATES, Bárbara Skalski Bilek; ROHRICH, Karla Stachera e FESTA, Priscila Soares Vidal. A Inclusão de Educandos Surdos no Espaço Escolar: um estudo de caso. **Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia das Faculdades OPET**. Jun. 2016. ISSN 2175-1773. Disponível em: <<https://www.opet.com.br/faculdade/revista-pedagogia/pdf/n11/artigo6.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

- GIL, Marta. **Linha do tempo:** leis, diretrizes e programas sobre Educação Especial. Inclusive - Inclusão e Cidadania. 2017. Disponível em: <<https://www.inclusive.org.br/arquivos/30480>>.
- HARENDT, Hannah. **Entre o Passado e o Futuro.** São Paulo: Perspectiva, 2011.
- MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão Escolar:** O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.
- MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos. Reflexões sobre a Formação de Professores com Vistas à Educação Inclusiva. In: MIRANDA, Theresinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a Educação Inclusiva:** Formação, Práticas e Lugares. Salvador: EDUFBA, 2012.
- MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. **O Atendimento Pedagógico na Sala de Recursos sob o Viés do Plano Educacional Individualizado para o Aluno com Deficiência Intelectual:** um estudo de caso. Rio de Janeiro, 2017. Tese (Doutorado). Programa de Pós- Graduação em Educação, UERJ, 2017.
- MESSIAS, Samuel J. **Educação Inclusiva.** Disponível em: <<https://diverge.com.br/coluna/educasim/educacao-inclusiva/>> Acesso em: 31 ago. 2022
- MORIN, Edgar. **A Religação dos Saberes:** o Desafio do Século XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- PERRENOUD, Philippe. et al. **As Competências para Ensinar no Século XXI:** a Formação dos Professores e o Desafio da Avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M.; GONZALEZ, R. K. Educação especial e inclusão escolar: tramas de uma política em implantação. **Educação e Realidade.** Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 725-743, 2014.
- POUPART, Jean et. al. **A pesquisa Qualitativa:** Enfoques Epistemológicos e Metodológicos. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- PUCCI, Bruno. (Org.) **Teoria Crítica e Educação:** A questão da Formação Cultural na Escola de Frankfurt. Petrópolis: Vozes; São Carlos: UFSCar, 1995.
- REGO, T. C. **Vygotsky:** Uma Aprendizagem Histórico-cultural da Educação. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SILVA, Daiane Cristina da. **A Inclusão de Alunos com Deficiência em Escolas de Educação Básica:** um estudo de caso. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-inclusao-de-alunos-com-deficiencia-em-escolas-de-educacao-basica-um-estudo-de-caso/168818>> Acesso em: 31 ago. 2022
- TAVARES, Lídia Mara Fernandes Lopes; SANTOS, Larissa Medeiros Marinho dos; FREITAS, Maria Nivalda Carvalho. **A Educação Inclusiva:** um Estudo sobre a Formação Docente. Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out./ Dez. 2016.
- UNICEF. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien – 1990). Aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990.